

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.826 - MS (2020/0257965-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : SIDNEA VICENTE GARCIA**  
**OUTRO NOME : SIDNEA VICENTE GARCIA MONTEIRO**  
**ADVOGADO : ANA MARIA PELLI SOARES - MS016601**  
**AGRAVADO : ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PROCURADOR : ARLETHE MARIA DE SOUZA - MS005071**  
**AGRAVADO : AGENCIA DE PREVIDENCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**ADVOGADOS : CRISTIANE LIMA MACIEL NUNES - MS008842**  
**RENATA RAULE MACHADO - MS013166B**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por SIDNEA VICENTE GARCIA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO REVISIONAL DE APOSENTADORIA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL – AFASTADA MÉRITO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS INTEGRAIS – IMPOSSIBILIDADE – MOLÉSTIA GRAVE NÃO PREVISTA NA LEI ESTADUAL – ROL TAXATIVO – REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF – RE N 656860MT SENTENÇA REFORMADA RECURSO PROVIDO.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 20, I, da Lei n. 8.213/91 e do art. 186, I, da Lei n. 8.112/90, no que concerne ao direito do recorrente ao benefício de aposentadoria por invalidez com proventos integrais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

In casu, é de se reconhecer o direito da recorrente à aposentadoria com proventos integrais, não é demais se repisar, em razão de ser portadora da doença profissional, incluída no “ CID 10 – F43 "Reações ao "stress" grave e transtornos de adaptação” .

Portanto, o caso vertente atrai a aplicação do art. 20, I, da Lei 8.213/91, como o do art. 186, I da Lei 8.112/90, uma vez que o acórdão recorrido contraria diretamente tais dispositivos, a saber:  
[...]

Nesse rumo de ideias, não há que se perquirir se a patologia que acomete a recorrente está incluída no rol previsto no § 1º do art.

# *Superior Tribunal de Justiça*

186 da Lei 8.112/1991, porquanto existe expressa inclusão da patologia apresentada pela recorrente no Anexo II, Lista B, Grupo V da CID-10 do Decreto 3048/99, do Regulamento da Previdência Social (fl. 865).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, não é cabível o recurso especial porque interposto contra acórdão com fundamento em legislação local, ainda que se alegue violação de dispositivos de lei federal. Aplicável, por analogia, o óbice previsto na Súmula n. 280 do STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Nesse sentido: "A tutela jurisdicional prestada pela Corte de origem com fundamento em legislação local impede o exame do apelo extremo, mediante aplicação da Súmula 280/STF". (REsp 1.759.345/PI, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 17/10/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.657.693/RJ, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; AgInt no REsp 1.616.439/SC, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 1º/6/2020; AgRg no REsp 1.822.671/MT, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 7/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente